

Título do capítulo

**CRESCIMENTO, EMPREGO,
PRODUTIVIDADE E DISTRIBUIÇÃO DA
RENDA**

Autores (as)

Cláudio Monteiro Considera
Antonio Braz de O. e Silva

DOI

Título do livro

O Brasil no fim do século: desafios e propostas
para ação governamental

Editor (es)

Volume

Série

Cidade

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano

1994

Edição

1ª

ISBN

DOI

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1994

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Crescimento, Emprego, Produtividade e Distribuição da Renda

Claudio Monteiro Considera*
Antonio Braz de O. e Silva**

A longa crise por que tem passado a economia brasileira realçou a velha questão do desemprego estrutural a que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro foi incapaz de dar resposta à altura do desejável, mesmo no período mais intenso de crescimento. A taxa de crescimento histórica de 7% a.a. observada no período de pós-guerra gerou novos postos de trabalho a uma taxa de 3% a.a., até o final da década de 70. O produto industrial durante o período 1950/80 cresceu à taxa média de 8% a.a., enquanto o emprego industrial passou de 1,6 milhão em 1950 para 6,9 milhões em 1980, crescendo em média 4,9% a.a. A população urbana em idade ativa, entretanto, cresceu a uma taxa bem mais elevada (10% a.a.).

Dois fatores concorreram para este descompasso entre emprego e produto no início do processo de industrialização do pós-guerra: em primeiro lugar, e menos importante já que passados 34 anos do começo do processo de industrialização, o próprio estoque acumulado de desempregados, cuja deficiência de qualificação se constituiu, certamente, em alguns momentos de aceleração do crescimento, num gargalo estrutural para o pleno desenvolvimento brasileiro. Em segundo lugar, e principalmente, a própria taxa de crescimento da população brasileira do passado, que acarretava uma taxa de crescimento da população economicamente ativa incompatível com a geração de empregos possível. A consequência foi a redução do estoque de desempregados a uma taxa inferior à desejada.

* Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

** Do IBGE, cedido à Diretoria de Pesquisa do IPEA.

O desemprego estrutural do período inicial pautava-se por ser notadamente rural, com uma parcela urbana localizada principalmente no setor de serviços, na forma de subemprego. Esta era a consequência da arcaica estrutura agrária, aliada à desarticulação da pequena produção e à expansão da agricultura capitalista. A expulsão da população rural para os centros urbanos gerou um excedente populacional nessas áreas que não pôde ser absorvido pelo processo de crescimento — enquanto a população urbana no período 1950/70 crescia à taxa de 10,7% a.a., o emprego nos setores industriais e de serviços crescia apenas à taxa de 4,3% a.a. Apesar disso, esse não era o cerne da discussão àquela época, cujo eixo estava deslocado para as questões da distribuição da renda, dos gargalos externos causados pela perda do poder de compra de nossas exportações e do ressurgimento do processo inflacionário.

Nos três primeiros anos da década de 80, a recessão trouxe de volta a questão do desemprego, agora agravado pelo componente conjuntural da crise que se abateu sobre o país desde então. Este desemprego, principalmente urbano, estava agora localizado nos setores industriais e de serviços. A relativa estagnação econômica que se iniciou a partir daí e que já se estende por 14 anos, com o PIB crescendo à taxa de 1,6% a.a., inferior ao crescimento da população, resultou na redução da renda *per capita* em cerca de 4,8%. A questão do desemprego magnificou-se, na medida em que, sem o crescimento acelerado observado nas décadas anteriores, a geração de emprego, que já era insuficiente, cessou. Na década de 80, entretanto, esta situação se tornou bem mais grave: enquanto o produto industrial manteve-se estagnado, o emprego industrial reduziu-se à taxa de 2,2% a.a. Novamente, não foi esse o eixo da discussão econômica que se centrou, no primeiro momento, na crise da dívida externa para depois se deslocar para a questão inflacionária, que ocupou durante os últimos 10 anos quase toda a energia dos economistas brasileiros.

Os sucessivos surtos de crescimento e de recessão conseguiram elidir a questão do emprego, que seguiu uma trajetória tipicamente conjuntural até 1990. A partir daí, entretanto, iniciou-se um processo quase contínuo de fechamento de postos de trabalho no âmbito industrial, fenômeno que se observa até hoje, com um pequeno abrandamento a partir do início, em outubro de 1993, do atual surto de crescimento. Este movimento de dispensa de mão-de-obra industrial coincide com uma série de medidas engendradas desde 1990, que tiveram como consequência um aumento da competitividade da indústria brasileira, entre as quais se destacam: a liberalização gradual do comércio exterior, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação da economia e a aprovação de um código de defesa do consumidor.

As mudanças ocorridas desde então obrigaram as empresas a se reestruturar. Além do natural ajuste à recessão, notadamente entre 1990 e 1992, foram identificadas em estudos de caso e em algumas pesquisas setoriais mudanças organizacionais, especialmente nas grandes empresas ou naquelas localizadas em mercados nos quais a competição é mais acirrada. Esse é o caso de empresas voltadas para o mercado externo ou sujeitas à competição com produtos importados, que passaram a ser beneficiados pela redução de alíquotas tarifárias e com a eliminação de entraves burocráticos que dificultavam sua entrada no país. A opinião aceita de forma generalizada quando do início do processo era que os ajustes estruturais observados seriam fenômenos localizados ocorrendo em setores de atividade e em empresas operando nos setores mais expostos à competição internacional. Iniciou-se, então, em resposta a tais medidas, um movimento de elevação da produtividade industrial. Tomando-se como indicador da produtividade o quociente da divisão do indicador da produção física pelo do emprego (número de pessoas ocupadas), para o total da indústria (ver gráfico), verifica-se desde 1991 uma vigorosa elevação da produtividade industrial de transformação.¹ Em vista disso, tem ganho corpo a tese de que se trata de um fenômeno generalizado. Segundo essa tese, o ajuste estrutural teria sido realizado de maneira generalizada e estabelecido um novo patamar de produção por emprego industrial. Chega-se a ponto de afirmar que, mesmo retornando-se aos níveis de produção anteriores à recessão, não se teria de volta idêntico nível de emprego.

Essa parece ser uma tese pouco plausível. Em primeiro lugar, não é possível acreditar em mudanças na tecnologia produtiva sem investimentos. Nesse sentido, é suficiente lembrar as informações das Contas Nacionais que mostram o declínio das taxas de investimentos durante toda a década de 80,

Deve-se lembrar que a medida de produtividade apresentada aqui é inadequada para as conclusões de que teria havido tal aumento de produtividade. Ela é calculada pela relação entre um índice da produção física e outro de pessoal ocupado na produção, quando o correto seria utilizar o valor adicionado ao invés da produção física. Acreditar que o índice da produção física é adequado para estimar o valor adicionado incorre em sérios enganos: o maior deles é de se ignorar qualquer transformação ocorrida no processo de produção, notadamente os fenômenos da terceirização e o da importação de componentes que passou a ocorrer desde 1990. Isto é particularmente grave quando se leva em consideração que a pesquisa de produção industrial se refere a uma estrutura datada em 1980, com um painel que não permite a atualização dos informantes. Caso se procedesse de forma correta se verificaria que o valor adicionado por trabalhador aumentaria no período recente de forma bem menos acentuada; isto ocorreria porque o que está sendo computado como produção da empresa (no caso da terceirização e importação de componentes) é de fato consumo intermediário da empresa (compra de bens e serviços de terceiros). Com este ajuste, nossos aumentos de produtividade se mostrariam bem mais modestos, incapazes então de ofuscarem aqueles obtidos pelo Japão no auge de seu crescimento industrial ou, ainda, os índices dos tigres asiáticos.

prolongando-se até 1992 quando chegaram à média anual de 14,4%.² Em segundo lugar não é possível acreditar que as mudanças estruturais tenham decorrido apenas de um súbito ataque de racionalidade econômica da parte do empresariado brasileiro, que decidiu cortar empregados desnecessários, passando, a partir da recessão mais recente, a dar maior atenção aos custos. Vale dizer, o empresariado brasileiro teria se contentado, mesmo durante a crise dos anos 80, em andar longe do seu objetivo básico de maximizar lucros.

Três fatores podem explicar uma parcela considerável dessa aparente elevação da produtividade. Um deles é o recurso a horas extras, cujo pretense excesso estaria impedindo a criação de novos empregos, o que tem como contrapartida a elevação da produtividade medida em relação ao número de empregados. De fato, é economicamente racional o comportamento cauteloso dos empresários diante da possibilidade de descontinuidade da recuperação econômica e dos elevados custos de admissão, treinamento e demissão, justificando-se assim o recurso a horas extras. Entretanto, há os que afirmam que não existe excesso de horas extras e que o aumento da produção reflete o aumento de produtividade. Esta controvérsia tem respaldo nas estatísticas disponíveis. Na pesquisa domiciliar feita pela Fundação Seade, os resultados apontam para um número crescente de trabalhadores realizando horas extras (44% da mão-de-obra empregada), justificando em parte o atraso da recuperação do nível de emprego *vis-à-vis* a produção. Já nas pesquisas, realizadas nas unidades produtivas, do IBGE (estabelecimentos) e da Fiesp (empresas), os resultados não registram aumento de horas trabalhadas.

Outra disparidade de resultados entre as pesquisas domiciliares e as de estabelecimentos industriais, aquela entre aumento do emprego industrial acusada pela primeira e queda acusada pela segunda, explica-se em grande parte pelas transformações ocorridas no sistema produtivo e seu impacto sobre a produtividade, e certamente não captadas pelas pesquisas realizadas nas unidades produtivas, distorcendo os resultados finais. Esse é o caso da terceirização, que se constitui no segundo fator de explicação da aparente elevação de produtividade. Por este movimento, parcela da produção intermediária, antes realizada dentro da própria empresa, passa a ser

2 É verdade que de 1991 a 1993 constata-se um aumento tanto na participação do componente máquinas e equipamentos na formação de capital (26,4%) quanto na contribuição dos equipamentos importados (15%), certamente mais avançados tecnologicamente, fatores que podem ter contribuído positivamente para o aumento do componente tecnológico dos investimentos. Adicionalmente, com a saída de cena da Administração Pública enquanto investidora em infra-estrutura social-urbana, a maior parte desse investimento foi certamente realizada pelo setor privado, provavelmente em modernização.

desenvolvida por terceiros.³ Esse fenômeno, certamente, não está sendo captado pelas pesquisas de estabelecimentos e empresas, uma vez que os novos produtores não necessariamente compõem o painel de informantes. Na pesquisa domiciliar, como o entrevistado é o próprio trabalhador, não ocorreria esta perda de informação. O terceiro fator a ser considerado é o próprio processo de seleção natural que ocorre durante as crises econômicas. A falência de pequenas e médias empresas e o fechamento de estabelecimentos de grandes empresas cuja produtividade é insatisfatória têm como resultado final um aumento na eficiência média do sistema; isto é, mesmo na ausência de investimentos e mudanças organizacionais, este processo garantiria um aumento na produtividade média.

Nossa hipótese é que o ganho de produtividade observado durante a recessão do período 1990/92 é decorrência natural do ajuste à recessão, fato aliás já observado na recessão de 1981/83, e pode ser fenômeno característico de setores industriais específicos e não um fenômeno generalizado. Não é supérfluo lembrar que a indústria brasileira, mesmo considerando a recuperação observada em 1993, está ainda longe de seu pico de produção (e de emprego) ocorrido em 1987 — produziu apenas 90% do valor daquele ano. Afora isso, a informação utilizada para estimar a produtividade não é adequada: em primeiro lugar, estimar a evolução do valor adicionado pela produção física acarreta sérias distorções, pois pode estar escondendo transformações estruturais importantes, notadamente na relação valor adicionado/valor da produção, que deve ter sido substancialmente alterada, particularmente desde 1990. Em segundo lugar, as informações sobre emprego podem estar sendo distorcidas pelas transformações estruturais e organizacionais na produção e no emprego (terceirização e fechamento de unidades menos eficientes), não captadas por estatísticas conjunturais. Pode-se presumir, portanto, que os números sobre a produtividade da indústria brasileira que têm sido apresentados são basicamente má utilização da informação disponível, não representando para o país um patamar na relação emprego/produção muito inferior àquele observado no início da década de 90.

Sustenta-se, adicionalmente, que uma efetiva retomada do crescimento econômico não repetirá o que ocorreu durante a retomada de crescimento de 1983/84. Naquele momento, vários investimentos realizados ao final da década de 70, principalmente os decorrentes do II PND, maturaram e, ao entrarem em processo de produção, possibilitaram uma subida vertiginosa da produtividade. Pelo contrário, devido à redução dos investimentos

3 Conforme salientado na nota 1, a produção de terceiros está sendo considerada como produção da própria empresa, na medida em que o índice de produção está sendo utilizado para estimar a evolução de valor adicionado.

durante a década de 80, não há, no momento presente, um estoque de investimentos aguardando para entrar em operação. Evidentemente, algumas transformações ocorreram no período mais recente em razão, principalmente, da disseminação do uso da microinformática nos processos administrativos, da automação da produção, notadamente da adoção de controle numérico em máquinas-ferramentas, e de melhorias organizacionais. Mas essas transformações não explicam mais do que 20% dos fechamentos de postos de trabalho na indústria, que na sua maioria decorrem da profunda recessão do período 1990/92.

Tais hipóteses só poderiam ser testadas com pesquisas estruturais (como o Censo Econômico ou a Pesquisa Industrial Anual), atualmente descontinuada pelo IBGE. Entretanto, é possível se buscar o esclarecimento para alguns pontos dessa questão através da desagregação das informações conjunturais, por gênero da indústria, cujos resultados, disponíveis na tabela anexa,⁴ permitem observar que, desde a segunda metade dos anos 70 até a recessão do início da década de 80, a produtividade se eleva para o total da indústria (ver gráfico) e para quase todos os seus gêneros. Em decorrência dos investimentos realizados ainda na segunda metade dos anos 70, a produtividade continua crescendo durante o período recessivo, devido a uma queda do emprego superior à queda da produção, tanto para o total da indústria como para quase todos os gêneros; nos gêneros para os quais não houve queda da produção, o resultado é um aumento vigoroso da produtividade nesse período. Quando tem início o processo de recuperação, em meados de 1983, a plena maturação dos investimentos realizados no final da década de 70 provoca uma acentuada elevação da produtividade para o total da indústria e para quase todos os seus gêneros. O processo de relativa estagnação econômica que se inicia em 1987 e se prolonga até 1990 é um período de manutenção (ou queda) dos níveis de produtividade para o total da indústria e para quase todos os gêneros, excetuando-se extrativa mineral, fumo e bebidas, cuja produção e produtividade continuaram se elevando.

4 Trabalha-se aqui com uma série iniciando em 1976 até março de 1994. Pretendeu-se com isso comparar o período do final da década de 70 em que continuava o processo de crescimento econômico de longo prazo, a recessão do início dos anos 80, o restante da década perdida, os três anos recentes de recessão e a recuperação iniciada nos meses finais de 1992. Para se ter tal série foi necessário encadear duas séries de produção física (1976/80 e 1981/93) e duas séries de emprego (1976/85 e 1986/93) que tiveram alterações metodológicas. Além disso, existe um efeito estatístico de agregação que, mesmo em nível de gênero, desempenha papel crucial: o peso de cada atividade no emprego e na produção é diferenciado, trazendo distorções nos resultados. Finalmente, é necessário alertar para o caráter conjuntural dessas informações, que não são as mais adequadas para um estudo dessa natureza. Mas são essas as únicas informações abrangentes disponíveis, que aliás são também as que têm sido usadas para mostrar o aumento da produtividade do período recessivo recente.

A recessão industrial que se inicia em 1990, prolongando-se até o terceiro trimestre de 1992, ocorreu ao fim de três anos de relativa estagnação da produção industrial e da própria produtividade. A queda da produção industrial e a concomitante queda do emprego mantiveram no primeiro momento a estagnação da produtividade; desde meados de 1991 observa-se sua súbita elevação, que se prolonga nos meses iniciais da recuperação do final de 1992 e início de 1993. Esse movimento observado para o total da indústria repete-se, porém, em apenas cinco gêneros — papel e papelão, materiais elétricos e de comunicações, produtos químicos, perfumaria, sabões e velas e metalurgia. Este último, por sinal, nos parece o único caso capaz de suportar a tese corrente de ajuste estrutural realizado na recessão — único caso de “súbito despertar da racionalidade empresarial”. Nessa indústria é reconhecido o esforço do Estado-empresário em ajustar suas empresas para a privatização. O resultado foi um sucesso absoluto: manutenção da produção (e crescimento da produtividade) com a demissão de pessoal — na verdade, pessoal excedente.

Nos gêneros de produtos têxteis, alimentares e material de transporte ocorreu uma queda da produtividade no período 1987/91 e um crescimento no período 1991/93, fazendo-a retornar ao nível anterior. Nos gêneros de produtos de borracha, de materiais plásticos e do vestuário o nível da produtividade permanece estagnado desde 1981/83, enquanto nos gêneros de mecânica e produtos de minerais não-metálicos, desde 1987. Na indústria de bebidas, a produtividade, após crescer no período 1983/91, cai, voltando a subir na segunda metade de 1992 com a retomada da produção, não tendo retornado ainda a seu nível máximo anterior; na indústria do fumo ocorreu algo semelhante à de bebidas sem, contudo, ter se observado o crescimento da produtividade no período recente, talvez por não ter retomado ainda o crescimento da produção.

A indústria farmacêutica representa um caso totalmente atípico — sua produção cai desde 1987 e o emprego se mantém acarretando a queda da produtividade, fazendo crer que a retomada da produção provocará um aumento considerável da produtividade. A indústria extrativa mineral configura-se, também, como um caso totalmente fora dos padrões — sua produção e produtividade crescem lentamente no período 1976/83 para a partir daí se acelerarem com a produtividade multiplicando-se por mais de quatro vezes em relação à observada no início desse processo, traduzindo, por um lado, o excepcional crescimento da produção oriunda da exploração de petróleo na plataforma continental, certamente um avanço na tecnologia de produção, fenômeno que passou a ocorrer logo após o segundo choque do petróleo, desde 1980. Por outro lado, é também fruto dos mais recentes excelentes resultados alcançados na exploração do minério de ferro com a modernização da principal empresa do setor.

Esses resultados, longe de serem definitivos, evidenciam a necessidade da realização de estudos complementares com base em dados que permitam a incorporação de elementos importantes na análise, tais como o tamanho da indústria e do mercado, concentração, proteção efetiva, importância do mercado externo etc. Pode-se, a despeito da precariedade das informações disponíveis, concluir que não há nenhuma evidência de que tenha existido na economia um ajuste estrutural generalizado que justifique os aumentos de produtividade observados para o total da indústria e para alguns gêneros, significando dessa forma um novo patamar técnico-econômico da indústria brasileira. Muito pelo contrário, essas informações respaldam a tese que se trata de um ajuste recessivo típico.

De qualquer forma o que se afirma aqui é que o atual nível de produtividade não representa um novo patamar técnico-econômico da indústria brasileira. A retomada do crescimento econômico deverá trazer de volta parcela considerável dos postos de emprego fechados durante a recessão; esse efeito será contrabalançado pelo investimento seletivo visando ao aumento da produtividade. O resultado líquido será o de uma queda da produtividade no primeiro momento quando a recuperação se mostrar sustentada, embora a níveis de produtividade superiores aos de antes da recessão. Subseqüentemente, a retomada de investimentos, com tecnologia mais moderna incorporada, permitirá novos aumentos na produtividade, na produção e no emprego.

Com o fim da inflação tornar-se-á possível pensar outra vez nas questões básicas da sociedade brasileira, dentre as quais se destacam quatro, totalmente interligadas: crescimento, emprego, produtividade e distribuição de renda. A maior parte dos candidatos à Presidência da República fala dessas questões, tratando-as, entretanto, de forma isolada, como se a pobreza fosse independente da falta de emprego e este independente do crescimento da produção, e como se a extrema concentração de renda e a baixa produtividade no Brasil não tivessem também a ver com a qualidade do trabalhador. Assim procedendo, eles acham que será possível rapidamente voltar a crescer, criar 8 a 12 milhões de empregos, aumentar a produtividade e melhorar o perfil da distribuição da renda aumentando o salário mínimo e impondo limites para os mais altos salários. Evidentemente que, salvo suas boas intenções, trata-se de metas totalmente fora de propósito.

Em primeiro lugar, a geração de novos empregos depende primordialmente de a economia brasileira retomar um caminho sustentado de crescimento. Para isto o primeiro passo é a estabilização. Se conseguida, a economia voltará a crescer sem as periódicas interrupções que a aceleração inflacionária acarretava. A retomada dos investimentos será o primeiro sinal, seguida pelo retorno da oferta de novos postos de trabalho. Pouco poderá

ser feito pelo Estado nessa área, a não ser a parte que lhe cabe em termos de seus investimentos em infra-estrutura urbana e social. À medida que o Estado for resolvendo os problemas de seu orçamento, irá progressivamente readquirindo sua capacidade de investir na recuperação de estradas, na ampliação do saneamento básico, na melhoria dos seus serviços de saúde e de educação. Dessa forma o Estado, através da sua demanda, ampliará a oferta de empregos em áreas intensivas em trabalho, inclusive não-qualificado, como aqueles gerados na construção. Entretanto, a maior parte da geração de emprego ficará a cargo do setor privado, ao aumentar a produção e ampliar sua capacidade produtiva.

As metas de aumento de emprego ficarão, portanto, à mercê das decisões empresariais. Ao Estado caberá a importante tarefa de não guiar as decisões empresariais para direções incompatíveis com suas metas de ampliação da oferta de emprego. Para isso, certamente terá que atuar fortemente na direção de desregular o mercado de trabalho, dando fim ao paternalismo, direção oposta ao que vem fazendo ao longo da história brasileira. Isto ocorreu, por exemplo, na Constituição de 1988, que impôs a multa de 40% sobre o saldo do FGTS visando reduzir a rotatividade da mão-de-obra, artifício empresarial daquela época para driblar a lei salarial, buscando evitar que as taxas de desemprego fossem maiores. Entretanto, o que se observou foi a incapacidade de essa multa evitar, durante a recessão iniciada em 1990, um processo de fechamento de postos de trabalho nunca antes observado. Adicionalmente, o que se verifica é que, mesmo durante os curtos períodos de reativação econômica, não houve resultado positivo no lado do emprego, a não ser uma curta paralisação das demissões.

As explicações para isso são facilmente encontráveis na teoria econômica, embora alguns provavelmente preferissem apelar para o maniqueísmo. O que ocorre é que as incertezas quanto ao futuro da economia fazem com que o empresário seja bastante cauteloso com respeito às suas decisões. Empregar tem custos normais, como o de seleção, treinamento e adaptação. Desempregar, também: perde-se todo aquele investimento. Se a esses custos adicionam-se multas, a decisão de empregar mão-de-obra adicional ficará ainda mais prejudicada. É menos oneroso, nesta situação, aumentar as horas trabalhadas dos já empregados. Portanto, uma medida que aparenta proteger o emprego pode, de fato, numa situação de reativação econômica retardar ainda mais a reativação do emprego.

A propalada *insensibilidade social* do mercado pode, à primeira vista, estar gerando a injustiça do desemprego. Entretanto, a origem do desemprego e de seus custos sociais encontra-se na punição supostamente imposta ao empresário pela pretensamente engenhosa medida de proteção ao emprego. Medidas de proteção do emprego poderão beneficiar a alguns já empre-

gados, mas não terão nenhum efeito sobre a grande massa da população que foi alijada do mercado de trabalho nos últimos 14 anos. Aliás terão: irão manter essa grande massa de desempregados por mais tempo nessa situação.

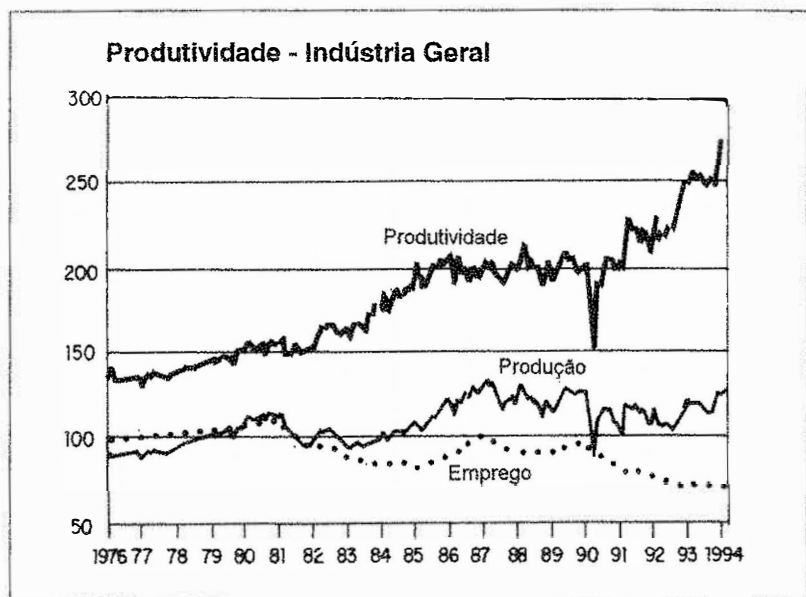
Em segundo lugar, o ataque à pobreza, que já se iniciou com o programa de estabilização. Nunca é demais se reafirmar aqui que o combate à inflação é a melhor política social de emergência. A inflação pune os mais pobres de diferentes maneiras: corrói o poder de compra de seus salários, que não conseguem a mesma reposição que os grupos mais organizados da população; corrói sua renda monetária, que não tem no sistema financeiro a mesma proteção dos mais ricos; destrói primeiro o emprego dos menos qualificados; corrói as finanças do governo, impedindo-o de atender às demandas dos mais pobres em termos de saúde, saneamento e educação. O segundo ato do ataque à pobreza virá com a própria geração de novos empregos como anteriormente abordado.

Em terceiro lugar, o tratamento da questão da distribuição da renda, que também já se iniciou com o programa de estabilização: o agravamento do perfil de concentração da renda nacional brasileira no período pós-80 está diretamente associado à aceleração inflacionária. Com a estabilização, o primeiro resultado será evitar que as classes de mais baixa renda tenham seu poder de compra, sem defesa, corroído pela inflação. Os passos seguintes certamente caberão à ação do Estado de melhorar a qualidade do trabalhador ampliando seus serviços de educação, saúde, saneamento e transporte coletivo.

O que se propõe aqui é que as principais ações do Estado para combater a pobreza, o desemprego e a concentração da renda sejam a de um ataque frontal às suas próprias ineficiências na sua missão de cuidar da infra-estrutura social-urbana, com nítido propósito distributivo, procurando adicionalmente promover a melhoria dos mecanismos do mercado de trabalho, desregulamentando-o. A falência do longo caminho que se percorreu durante o processo de desenvolvimento brasileiro recomenda que esse bem-sucedido conjunto de medidas, já experimentado nos países capitalistas desenvolvidos, seja aqui tentado.

Mas, o fato de que boa parte da ação governamental deve-se concentrar no médio e longo prazos, não deve ser razão para encorajar a inércia no curto prazo. As informações disponíveis, embora imprecisas e provavelmente exageradas, indicam a existência de um numeroso grupo de habitantes que não consegue auferir rendimentos — monetários ou *in natura* — suficientes para que uma família sobreviva dignamente. Há ainda aqueles cuja situação é a de total indigência, que fazem parte da paisagem urbana das maiores cidades do país, totalmente desprovidos de renda monetária, habitação e até mesmo de vestimentas. Em ambos os casos não há dúvida da necessidade

de ação governamental. Embora de diferente natureza nesses dois casos, essa ação deve ficar a cargo dos governos municipais, esfera mais capacitada para executar essas funções, em associação com grupos comunitários, cabendo aos governos estaduais e federal apenas aporte de recursos e a supervisão de sua aplicação para coibir eventuais fraudes.



Produtividade na Indústria Geral e por Gênero

Índice de Base Fixa (1981=100)

ANO	INDÚSTRIA GERAL	EXTRATIVA MINERAL	MINEIRAIS NÃO-METÁLICOS	INDÚSTRIA METALÚRGICA	INDÚSTRIA MECÂNICA	MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	MATERIAL DE TRANSPORTE	PAPEL E PAPELÃO	INDÚSTRIA DA BORRACHA	INDÚSTRIA QUÍMICA	PRODUTOS FARMACÊUTICOS	PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	PRODUTOS DE MATÉRIA PLÁSTICA	INDÚSTRIA TÊXTIL	INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO	PRODUTOS ALIMENTARES	INDÚSTRIA DE BEBIDAS	INDÚSTRIA DE FUMO
1976	89,10	90,79	82,92	89,86	105,95	87,23	106,74	83,75	82,40	79,73	92,32	79,45	92,70	82,33	87,81	91,15	91,88	76,20
1977	89,55	86,38	84,22	89,86	102,33	86,42	107,13	82,56	83,09	82,91	77,20	72,80	93,84	85,46	87,12	94,50	94,38	82,19
1978	93,31	92,36	87,11	93,28	104,69	94,74	113,56	87,48	89,91	88,43	79,16	77,31	97,35	89,13	88,40	96,20	98,21	84,56
1979	97,27	101,16	92,72	98,06	109,32	97,85	114,06	93,15	96,81	95,21	83,00	89,68	110,51	101,73	99,83	100,99	100,55	82,70
1980	102,54	107,38	98,17	106,72	113,12	103,22	112,87	97,90	102,00	96,56	95,49	95,52	107,91	101,09	97,47	96,71	101,33	93,06
1981	100,22	100,09	100,14	99,98	100,23	100,68	99,80	100,23	100,05	100,12	100,04	99,87	100,39	100,28	100,20	99,88	100,20	98,52
1982	107,47	106,58	104,21	107,48	98,26	117,69	106,07	115,13	105,65	115,66	105,73	101,65	116,70	110,00	101,50	102,00	103,49	104,52
1983	111,58	126,84	100,97	116,46	101,74	121,13	105,35	121,71	111,94	121,60	102,32	111,33	109,92	110,57	90,35	105,51	102,46	112,91
1984	121,18	187,89	110,40	127,55	117,15	133,88	111,44	133,40	108,16	131,43	122,25	121,93	115,21	115,91	94,02	107,62	108,83	123,92
1985	131,76	178,14	116,32	128,00	120,03	143,20	109,81	134,92	108,13	128,90	132,96	144,41	111,74	116,78	97,74	105,25	122,37	138,14
1986	131,46	187,97	118,38	127,09	129,21	150,27	106,55	134,72	111,35	128,09	149,02	149,85	110,92	116,50	97,68	97,95	141,29	151,47
1987	131,42	198,74	116,67	123,46	133,48	137,17	94,20	133,81	111,78	131,07	142,05	184,15	103,59	106,43	102,83	105,18	127,77	148,62
1988	133,00	224,06	114,32	123,09	129,10	142,72	105,59	141,29	112,05	130,15	126,30	159,41	107,28	102,16	99,64	102,81	134,49	161,22
1989	132,82	253,92	117,76	130,17	135,80	146,86	100,00	142,61	109,00	129,38	127,39	169,34	112,82	101,54	96,15	96,50	145,67	163,54
1990	128,92	293,53	110,54	119,80	120,34	152,27	86,87	135,96	104,27	126,95	120,34	151,60	92,27	94,97	92,61	102,35	146,11	180,82
1991	142,40	347,64	125,69	135,25	122,02	168,98	96,82	158,03	111,08	144,83	119,33	152,71	105,72	99,49	94,39	110,63	157,85	185,98
1992	150,00	374,52	115,77	159,17	116,84	164,75	102,86	163,43	160,93	152,47	106,69	176,23	108,74	113,14	96,73	113,74	137,07	168,21
1993	168,52	420,22	129,22	186,61	142,01	218,29	128,40	172,83	211,59	169,51	117,95	186,71	108,12	122,35	99,90	121,52	155,73	199,20

Fonte: IBGE, Estatísticas Básicas - Séries Retrospectivas número 2 (Indicadores da Produção Industrial, 1971-90), Pesquisa Industrial Mensal e Pesquisa Industrial Mensal - Dados Gerais.

Elaboração: IPEA-DIPES/GAC.